

Carta de Foz do Iguaçu, 18 de outubro de 2011

A **NCST/PR** (Nova Central Sindical de Trabalhadores do Paraná), em **Plenária Estadual** realizada na cidade de Foz do Iguaçu-PR, nos dias 17 e 18 de outubro de 2011, com o objetivo de realizar um balanço de suas ações a nível Estadual e Nacional e reafirmar compromissos, traçar um plano de ação com base na conjuntura, que norteiem as ações das entidades filiadas e dos dirigentes sindicais vinculados a Central, que nasceu pela vontade dos trabalhadores com independência política e comprometida com a defesa da **unicidade sindical**, representação por categoria, inclusive diferenciada e dos direitos e reivindicações da classe trabalhadora brasileira, como forma de incrementar o **desenvolvimento** e fazer **justiça social**, ratificando os pontos fundamentais de seus princípios.

Ano passado a NCST-PR teve um papel determinante para que o governo Beto Richa não retrocedesse na instituição no piso mínimo regional, com atuação firme, garantiu aos trabalhadores do Estado a manutenção do maior piso regional do Brasil, mantendo a diferença do salário mínimo nacional em 30%. Neste ano recebeu a tarefa das demais Centrais Sindicais do Estado de representar os trabalhadores nas negociações da política de valorização do piso mínimo regional. Diante disso, a NCST-PR, exigirá do Governo e dos Patrões, que os avanços conquistados até o presente momento sejam mantidos, e que seja estabelecida uma política permanente de reajustamento do piso mínimo regional, com base na reposição da inflação de acordo com o INPC e com aumento real baseado no PIB Estadual.

A plenária reafirmou a luta pela aprovação de projetos de interesses dos trabalhadores constantes da agenda trabalhista das centrais sindicais, e realizará campanha junto aos Deputados Federais e Senadores do Paraná pela redução da jornada de trabalho - sem redução de salários - de 44 para 40 horas semanais; pelo fim do fator previdenciário; pela valorização do trabalho; pela contribuição compulsória em favor das entidades sindicais brasileiras, regulamentação da terceirização, regulamentação da Convenção 151 da OIT, não aprovação da PEC 369, mudança da política econômica com a redução da taxa de juros, fortalecimento da economia interna, ratificação da convenção 158 da OIT – fim das demissões imotivadas, reforma agrária e valorização da agricultura familiar, revogação de dispositivo da emenda 45 que estabelece o comum acordo para o ajuizamento de dissídio coletivo. Ratificou a necessidade de participação ativa dos líderes sindicais na Conferência do Emprego e do Trabalho Decente.

A Nova Central, autônoma e independente em relação a partidos e governos, terá um papel estratégico nas eleições de 2012, incentivando os dirigentes sindicais e militantes a se engajarem como candidatos nas

eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores. Realizará no início de 2012, Seminário com o tema A Nova Central Sindical de Trabalhadores do Paraná e as Eleições 2012, elaborando uma plataforma a ser defendida pelos candidatos nas eleições vindouras. Investirá ainda na formação política dos seus dirigentes, visando maior interação e participação dos dirigentes sindicais na política partidária.

No plano interno da Nova Central-PR, a perspectiva de crescimento da entidade continua elevada. A criação das secretarias estaduais dos trabalhadores metalúrgicos, na alimentação, rurais e dos serviços públicos e o estabelecimento de políticas para estas categorias, significam um novo marco na atuação da central para os próximos anos.

Por fim, a Plenária resolve indicar os seguintes pontos de atuação para a Nova Central Sindical no âmbito estadual e nacional: Investindo na política de comunicação com a modernização do site na internet; investindo na contratação de profissionais de imprensa, assessoria econômica e jurídica (inclusive realizando encontro de assessoria jurídica das entidades filiadas), a fim de dar mais visibilidade as bandeiras de luta da NCST, realizando reuniões periódicas com os seus dirigentes nacionais e os presidentes das NCST Estaduais. Estabelecer uma ação estratégica com planejamento de atividades para consolidação da política de gênero no âmbito da central. Indicar como prioridade para a Nova Central a intervenção no âmbito do Mercosul, com a necessária filiação na Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul, visando qualificar e internacionalizar sua ação sindical. Incorporar a agenda do trabalho decente para o enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas, qualificando a intervenção e a luta sindical dos trabalhadores. Retomar a pressão junto ao Congresso Nacional com o objetivo de **aprovar a PEC 248 que trata da contribuição negociada**, impedir a aprovação pelo Congresso Nacional dos seguintes Projetos de Lei: PL 4.330/2004, que regulamenta a terceirização, precariza direitos e desobriga o contratante de responsabilidade solidária; PL 948/2011 que tem por finalidade impedir que o empregado demitido possa reclamar na justiça do trabalho qualquer direito trabalhista que não tenha sido expressamente da rescisão contratual; PL 951/2011, que cria o simples trabalhista para as pequenas e micro empresas, com redução de direitos trabalhistas dos empregados desses estabelecimentos; PL 1.463/2011, que cria o código de trabalho com prevalência do negociado sobre o legislado; PEC 369, que trata da reforma sindical, por fim, radicalizar na defesa da estabilidade dos dirigentes sindicais.

Foz do Iguaçu, 18 de outubro de 2011.

**Diretores e delegados presentes à Plenária da
Nova Central Sindical de Trabalhadores do Estado do Paraná.**